

estabelecia-se na periferia em habitações modestas e de má qualidade e sem grandes preocupações higienistas, sendo estes bairros, do ponto de vista urbanístico, encarados como provisórios em áreas de expansão das cidades. Entre as diversas zonas urbanas eram implantados equipamentos que serviam de cordões sanitários urbanos, nos quais predominava o verde, como ferramenta de embelezamento do espaço urbano através da construção de parques e campos de golfe para lazer da população branca ou assimilada com estatuto económico.

Esta estrutura encontra-se em diferentes escalas nos espaços urbanos analisados sendo uma consequência da dimensão da cidade mas igualmente da função que a mesma cidade desempenhava no território. Em Lourenço Marques/Maputo a cidade-jardim encontra-se em redor do núcleo central, em áreas distintas consoante a classe social e racial: a nascente a população das classes sociais mais elevadas e relacionada com a administração, a Norte a classe média branca e a oeste a classe média assimilada e/ou baixa. No segundo caso em apreço, a cidade de Nampula, bastião militar entre a área norte e a área central de Moçambique, a cidade-jardim faz a ponte entre a área comercial e administrativa e a zona militar, sendo uma área reservada às classes sociais mais privilegiadas. Finalmente na cidade de Porto Amélia/Pemba, devido à sua localização geográfica e climáticas aprazíveis mas igualmente à sua dimensão, predomina na matriz original da cidade a concepção da cidade-jardim que define esse mesmo espaço urbano.

Em suma, aquilo que permanece é que independentemente das abordagens formais de que o conceito de cidade-jardim se revestia, estes eram espaços concebidos para o conforto físico e psicológico do colono que, com a descolonização, são aproveitadas pelas elites autóctones, que transformam o carácter de zonamento racial em zonamento social e em alguns casos étnicos.

Formas Urbanas Planeadas no Centro Histórico de Évora: Génese e Evolução

MONTEIRO, Maria Filomena Mourato¹; TERENO, Maria do Céu Simões²;
PEREIRA, Marízia Clara Menezes Dias^{1,2}

¹ Câmara Municipal de Évora, Divisão do Centro Histórico, Património, Cultura e Turismo,
Praça de Sertório, 7004-506 Évora, Portugal

Tel. 00351+266777000, fmonteiro@cm-evora.pt

² Universidade de Évora, Departamento de Arquitetura,

Colégio dos Leões, Estrada dos Leões, Cod. Postal: 7000-208 Évora, Portugal Tel.

00351+266745300, ceuteren@gmail.com

^{1,2} Universidade de Évora, Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento do

Território, Colégio Luís António Verney, Rua Romão Ramalho, nº 59, 7000 Évora, Portugal

Tel. 00351+266745300, mariziacmdp3@gmail.com

Palavras-chave: Planeamento, Urbanismo, Évora, Centro Histórico, Património

Resumo

Introdução

A área amuralhada de Évora, maioritariamente urbana desde finais do século XV, integrou nos anos 40 do século XX o primeiro Plano de Urbanização desta cidade. Nele, assim como nos planos que se lhe seguiram, tem sido proposta constante a estruturação do referido espaço através de eixos urbanos: umas vezes a reforçar através do seu alargamento e introdução de novas funções dinamizadoras, nos eixos pré existentes, outras com a criação de novos eixos, neste último caso através de drásticas demolições incidindo sobre o já consolidado, e muitas vezes, denso tecido urbano.

A localização de novos núcleos de equipamentos públicos, posicionados junto às principais portas da muralha medieva, tem sido outra das propostas mais constantes ao longo dos sucessivos planos. Mercados, escolas, hospitais e mais recentemente unidades hoteleiras procuraram tais locais estratégicos devido não só aos mais fáceis acessos e capacidade da construção de bolsas de estacionamento exterior à muralha mas também devido à possibilidade de tais equipamentos serem usufruídos por um maior

número de utentes vindos da área urbana periférica à urbe amuralhada medieval.

Tais espaços encontram-se concentrados essencialmente em três tipologias de áreas distintas.

Antigas cercas monástico-conventuais

Nas antigas cercas monástico-conventuais, não raras vezes, as intervenções projetadas e posteriormente concretizadas abarcam não só a construção dos espaços livres mas também a reformulação maioritariamente drástica das

antigas estruturas pertencentes ao complexo religioso já desativado. Para além da eliminação dos espaços verdes que compunham a antiga cerca, suprimindo espécies específicas a tais áreas, muito do historial do local desaparece também, definitivamente. A reformulação volumétrica e reorganização interior das construções, adaptando-as às atuais e novas exigências funcionais, fazem com que as demolições sejam correntes em tais situações. Nessas demolições para além da organização espacial inerente à vida monástico-conventual a qual se perde definitivamente, desaparecem também, por exemplo, a maioria dos elementos decorativos. Neste caso ou são levados, conjuntamente com o entulho das obras, para vazadouro público, ou em casos mais raros introduzidos nas novas construções erigidas no local, descontextualizados contudo, ou mesmo até em construções distantes pertencentes à mesma firma de construção.

São casos de estudo, por exemplo os Conventos de S. Francisco (Fig. 1) e de S. Domingos (Fig. 2) assim como do Mosteiro de Santa Mónica (Fig. 3), cujas fundações remontam ao século XII, do Mosteiro do Paraíso (Fig. 4) fundado no século XV e do Mosteiro de Santa Catarina (Fig. 5), este último com origem já no século XVI.



Figura 1: Convento de S. Francisco (1945/2013).



Figura 2: Convento de S. Domingos (1945/2013).



Figura 3: Mosteiro de Stª Mónica (1945/2013).

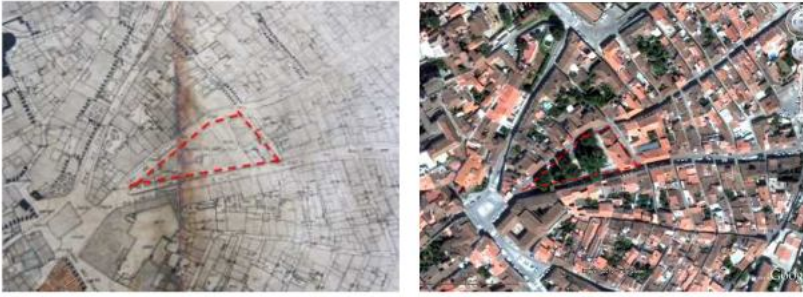


Figura 4: Mosteiro do Paraíso (1945/2013).



Figura 5: Mosteiro de Stª Catarina (1945/2013).

Áreas livres sobrantes

Tais espaços situadas entre a muralha medieval e o tecido urbano interior já consolidado constituindo anteriormente zonas de circulação indispensáveis à defesa da cidade eram utilizadas não só para a circulação de armamento e homens, em tempo de guerra, mas também, em tempo de paz, serviam como áreas de pastoreio para o gado que permanecia no interior da urbe. Grande parte de tais áreas, até devido ao seu estatuto comunitário, foram permanecendo ao longo dos séculos livres de edificações ou arvoredos, elementos esses que poderiam de algum modo contribuir para uma menos eficaz ação defensiva, por parte da população, diminuindo também o perigo de incêndios provocados pelo arremesso de objetos incendiários. Atualmente devido à inexistência das suas principais funcionalidades e à escassez de terrenos livres de construção no interior do Centro Histórico, essencialmente após 1986, ano da classificação pela UNESCO da cidade de Évora como Património da Humanidade, resultou uma sequente

sobrevalorização desmedida do metro quadrado de terreno. Assim quase todos esses espaços sobrantes têm vindo progressivamente a serem construídos.

São exemplos, os casos de estudo referentes aos espaços compreendidos entre a Porta de Alconchel e a Porta do Raimundo (Fig. 6), entre a Porta de Alconchel e da Lagoa (Fig. 7), e por último entre a Porta da Lagoa e a Porta de Avis (Fig. 8).



Figura 6: Pt^{as} Alconchel e Raimundo (1945/2013).



Figura 7: Pt^{as} Alconchel e Lagoa (1945/2013).



Figura 8: Pt's Lagoa e Avis (1945/2013).

Antigos quintalões de casas senhoriais

Nos antigos quintalões de casas senhoriais seculares, que devido à sua amplitude de área livre de construção têm permitido, através da aplicação dos respetivos regulamentos dos Planos de Urbanização, a aprovação e sequente construção de novas áreas de construção quase sempre exageradas. A eliminação dos jardins de época, respetivas hortas assim como todas as construções de apoio a elas associadas foram seguramente aspetos negativos nas intervenções que deveriam ter sido mais cuidadosamente salvaguardados. O vetusto Palácio dos Sepúlvedas (Fig. 9), que remonta ao século XVI, e o imponente Palácio Barahona (Fig. 10), já do século XIX, são exemplos de antigas construções com amplos espaços livres privados hoje, contudo, já quase inexistentes.



Figura 9: Palácio dos Sepúlvedas (1945/2013).



Figura 10: Palácio Barahona (1945/2013).

Conclusões

Os três referidos conjuntos tipológicos de espaços permitiram, devido à sua abundância e distribuição na cidade de Évora, intervenções urbanísticas e arquitetónicas marcantes, realizadas essencialmente entre os séculos XIX e XXI. Tais intervenções embora anulando muita da história dos respetivos locais facultam-nos atualmente uma amostragem de intervenções diversificadas, de realce, embora por vezes de qualidade questionável.

A diminuição substancial das manchas verdes que constituíam verdadeiros pulmões para a urbe, servindo igualmente de abrigo a espécies animais, a diminuição de áreas de absorção de água para o subsolo foram contudo aspetos questionáveis resultantes de tais tipos de intervenções na cidade.

São exemplos de espaços expetantes a cerca do antigo mosteiro de Nossa Senhora do Monte do Calvário que se encontra devoluto (Fig. 11), de espaços sobranceiros entre a muralha e a malha urbana consolidada (Figs. 12 e 13) e de espaços em antiga casa senhorial ou de significativas dimensões ainda pontualmente existentes no atual tecido urbano amuralhado (Fig. 14).



Figura 11: Mosteiro de Nossa Senhora do Monte do Calvário (1945/2013).

Estes aspetos referentes à evolução desta cidade são observáveis pela comparação entre o primeiro plano de urbanização, que data de 1945 e o plano de urbanização atual (Figuras 15 e 16).



Figura 12: Espaço sobranete livre entre a muralha e malha urbana (1945/2013).



Figura 13: Espaço sobranete livre entre a muralha e malha urbana (1945/2013).

